

Um passeio pela história dos jardins e um olhar para a criação dos primeiros jardins modernos no Brasil

JOELMIR MARQUES DA SILVA*

Resumo

Os jardins surgiram como um documento que podia mostrar vestígios sobre as origens e a evolução do homem e são tidos como parte das raízes que dão identidade aos povos. O surgimento do jardim moderno foi um dos fatos marcantes do modernismo brasileiro e nesse sentido, a arquitetura do jardim estabelece-se na escala da cidade onde estão situados as praças e os parques e associada à arquitetura do edifício. No Brasil, esse jardim foi criado no Recife por Roberto Burle Marx na década de 1930.

Palavras-chave: Jardins; Paisagismo; Recife.

A tour through the history of the gardens and a view on the creation of the first modern gardens in Brazil

Abstract

The gardens have emerged as a document that could show traces of the origins and evolution of man and are considered part of the roots that give identity to people. The emergence of the modern garden was one of the milestones of Brazilian modernism and, as a result, garden architecture has been established on the scale of the city where there are squares and parks and is associated with built architecture. In Brazil, the modern garden was created in Recife by Roberto Burle Marx in the 1930s.

Key words: Gardens; Landscaping; Recife.



* **JOELMIR MARQUES DA SILVA** é Biólogo, Mestre e doutorando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do Laboratório da Paisagem da UFPE. Bolsista CAPES.

Jardim, locus do poder, da espiritualidade, da ciência, da economia e da sociabilidade

Do Éden ofertado por Deus e perdido pelo homem ao violar o fruto proibido, às construções egípcias, persas, gregas, romanas e islâmicas, os jardins sempre representaram fartura e bonança (PREST, 1981). Planejados para demonstração de poder, como teatros para celebração dos sentidos ou ainda como retiros para elevação espiritual, os jardins materializavam, dentro de um determinado perímetro a imagem de uma natureza profícua e generosa, recriando assim, sob o controle do homem, um espaço mítico em que plantas, animais, rios e fontes estariam em perfeita harmonia com desígnios divinos de bem-estar (SANJAD, 2001).

Nos povos de cultura cristã, a origem dos jardins está associada a propósitos espirituais, sejam religiosos ou filosóficos. Símbolo da benevolência divina, da pureza e da virgindade, a imagem do jardim fechado, ordenado racionalmente em oposição ao mundo exterior selvagem, era frequentemente utilizada na Idade Média para a representação visual do paraíso (PREST, 1981).

A possibilidade de reproduzir a natureza, transplantando vegetais para um espaço privado, fascina, encanta e desperta a imaginação das pessoas com a multiplicidade de cores e formas que as plantas proporcionam. Os jardins

influenciam, onde estão presentes, o imaginário popular e é considerado o mito fundador da civilização ocidental (RODRIGUES *et al.*, 2005). Neste contexto, a historiadora mexicana Ramona Pérez Bertruy relata que “*el jardín surgió como un documento que podía mostrar, siempre en aras del conocimiento, vestigios sobre los orígenes y el devenir del hombre, y que, por ende, forma parte de las raíces que dan identidad a los pueblos*” (BERTRUY, 2009, p. 323). Isso significa que os jardins desde as antigas civilizações, são significativos testemunhos da arte, da história e da cultura de humanidade.

Foi no início do século 16, o momento em que o jardim assumiu nova configuração, requerendo para si a primeira e mais evidente representação do poder imperial e um marco disso foi a construção dos jardins da Corte Belvedere para a apresentação da coleção papal de escultura (Figura 1). O padrão instaurado no jardim do Éden, a exegese determinava a clausura, no novo jardim do poder, as portas deveriam estar abertas permitindo que as pessoas vissem e fossem vistas (CUNNINGHAM, 1996). Assim como os grandiosos palácios principescos que se espalharam pelas Cortes italianas, francesas e inglesas, os jardins passaram a dizer algo sobre o poderio e a importância dos seus criadores (SANJAD, 2001).

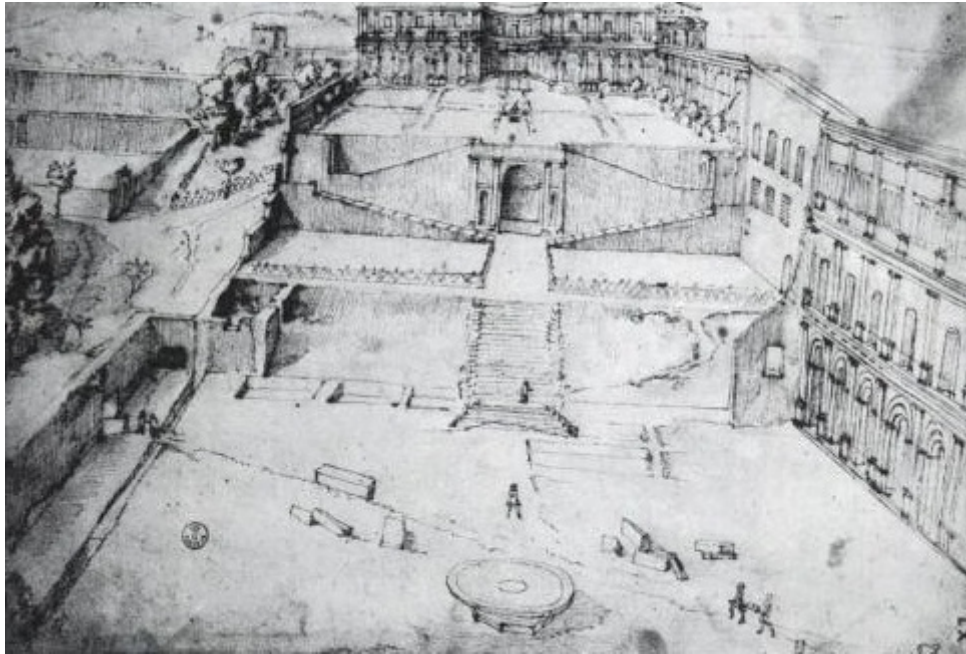


Figura 1. Corte Belvedere no Palácio do Vaticano. Fonte: Cunningham, 1996

O processo de renovação cultural que levou à construção de jardins a partir de um critério estético clássico também incentivou os que se dedicavam ao estudo da natureza e que desejavam comprovar as qualidades então atribuídas às plantas, identificar as espécies descritas pelas autoridades que foram referidas nos antigos tratados de botânica, numa tentativa de retomar um trabalho que se julgava ter sido interrompido na Idade Média. Esse trabalho passou a ser executado no jardim botânico, também denominado de jardim físico.

O jardim botânico, até então, era o mais importante dentre os jardins criados pelo ser humano por desempenhar funções científica, educacional, social, estética, histórica e ecológica. Foi na Mesopotâmia, no antigo Egito e na América pré-colombiana que os primeiros jardins botânicos foram criados. Na Mesopotâmia, imaginava-se que os jardins pertenciam a Nabucodonossor – os Jardins Suspensos da Babilônia, que ficaram conhecidos

como uma das sete maravilhas do mundo antigo (SOUSA, 1976).

Estes primeiros jardins botânicos tinham como objetivo fundamental cultivar plantas medicinais que deveriam ser estudadas, além de configurar um espaço de convívio para a sociedade. Pode-se dizer também, que o surgimento dos jardins botânicos, provavelmente, está relacionado ao aparecimento da agricultura (ROCHA, 1999).

O primeiro jardim botânico ocidental surgiu na cidade de Atenas, Grécia, junto ao Liceu, e foi criado por Teofrasto de Ereso, o pai da botânica, a cerca de 370-285 a.C., que de acordo com Bye (1994), foi criado para atender a demanda científica e educativa até mesmo porque, nele se mantinham plantas para as pesquisas dos estudiosos do Liceu.

Contudo, é só durante o Renascimento europeu que as referências aos jardins botânicos ocidentais surgem. Na Idade Moderna, a Europa foi pioneira na

criação de jardins botânicos que tinham por objetivo principal o estudo da flora e da aclimação, bem como o cultivo de plantas úteis. Os primeiros jardins botânicos foram: *Jardim botânico de Pisa [Itália]*, 1543; *Jardim botânico de Pádua [Itália]*, 1545; *Jardim botânico de Florença [Itália]*, 1545; *Jardim botânico de Zurich [Alemanha]*, 1560; *Jardim botânico de Valencia [Itália]*, 1563; *Jardim botânico de Heidelberg [Alemanha]*, 1593; *Jardim botânico de Montpellier [França]*, 1593; *Jardim botânico de Paris [França]*, 1597; *Jardim botânico de Oxford [Inglaterra]*, 1621; *Jardim botânico de Berlim [Alemanha]*, 1646 e o *Jardim botânico de Upsala [Suécia]*, 1655.

Até então, o jardim botânico não era considerado, a priori, um espaço de deleite, contemplação, a recriação do Éden monitorado pelos humanos. Compreendendo os séculos 16 e 17, tais jardins foram criados e tornaram-se locais de experimentação, ensino e estudo. Os arranjos paisagísticos visavam, principalmente, a praticidade do ordenamento das plantas em gêneros e ou famílias botânicas, ou seja, seguindo a classificação filogenética bem como suas exigências de plantio, o que significou, em certa medida, não adotar a estética dos jardins renascentistas e barrocos.

Dentre os primeiros jardins botânicos, destacam-se o de Pisa que foi considerado o primeiro jardim botânico moderno e o que iniciou o uso de estufas de vidro para introdução de plantas exóticas e implantou um herbário para estudos; e o de Upsala pela atuação de Carl von Linneus, considerado o “pai da Taxonomia”, criador do sistema de classificação

binária dos seres vivos. O jardim foi projetado para mostrar como as plantas se relacionavam entre si, através, por exemplo, de similaridades e diferenças físicas. Com a difusão dos estudos de Carl von Linneus outros jardins passaram a seguir o exemplo de Upsala.

De acordo com a historiadora mexicana Rebeca V. García Corzo “*Estos jardines fueron evolucionando en su estructura y funcionamiento de manera paulatina, pues eran claros ejemplos de orden y de civilización, de dominio de la naturaleza y de convivencia con ella*” (GARCÍA CORZO, 2009, p. 466), e indicavam o nível cultural da sociedade.

Em colônia americana, o primeiro jardim botânico foi construído no Brasil, na administração do Conde Johann Moritz von Nassau-Siegen [Maurício de Nassau], o Jardim de *Vrijburg* [denomina-se também Parque de *Vrijburg*, Parque de Nassau e Horto Zoo-botânico] na ilha de Antonio Vaz, no século 17, durante a ocupação holandesa.

O jardim teve suas obras iniciadas em 1639 e concluídas em julho de 1642. A área fazia parte do plano urbanístico da cidade de Maurícia, edificada ao modo de uma cidade ideal. De acordo com Mesquita (2000) a área do jardim era banhada pelos rios Capibaribe e Beberibe em sua confluência, e situava-se estrategicamente permitindo descortinar belas paisagens. A memória do jardim manteve-se através de descrições textuais e iconográficas (Figura 2) e, hoje, seu sítio constitui-se ainda em um espaço público, a Praça da República, e um espaço privado, o Jardim do Palácio do Campo das Princesas na cidade do Recife, em Pernambuco.



Figura 2. Perspectiva a voo de pássaro do Parque de Nassau [reconstituição livre por Liana Mesquita, 1989]. Fonte: Mesquita, 1998.

Nassau fez-se acompanhar de uma missão artística e científica que se incumbiu de investigar inúmeros aspectos da natureza e da sociedade dessa parte do Novo Mundo em função do projeto do jardim. Dedicando parte de seu tempo às atividades de construir e plantar, Nassau melhorou as condições do lugar, legislou sobre a agricultura de subsistência e sobre a proteção as matas e edificou sítios. Assim, o jardim incluiu-se dentro de várias ações urbanísticas, arquitetônicas, científicas e artísticas (SILVA, 2009).

O fascínio dos holandeses pela diversidade florística local é evidenciado pela organização do *Herbarium vivum brasiliensis* por Georg Marcgrave, médico, botânico, engenheiro e astrônomo, autor da *Historia Naturalis Brasiliae*, quando da sua estada em Pernambuco. Junto com Marcgrave, Guilherme William Piso, naturalista nassoviano, médico particular de Maurício de Nassau,

dedicou-se aos estudos das plantas medicinais e publicou seus achados em “*De Medicina Brasiliensis*”. Contribuições importantes também foram dadas pelas pinturas de Frans Post, Albert Eckhout e Zacarias Wagener que tão bem retrataram as paisagens brasileiras e em especial as pernambucanas. As pinturas nos trazem um verdadeiro entendimento de quão rica e diversificada são a nossa flora e fauna.

O jardim, também denominado de horto, possibilitou a observação minuciosa da fauna e da flora tornando-se um local de coleta de informações que, posteriormente, foram incorporados às coleções científicas na Europa. Nos escritos de Piso e de Marcgrave, encontram-se descrições de experimentos e dissecações de animais. Assim, o horto, seguindo o modelo do Anfiteatro de Anatomia e do Horto Botânico de Leyden, foi palco de experiências científicas (GESTEIRA, 2004).

Passados mais de um século do feito de Maurício de Nassau, é só no final do século 18 que a Coroa portuguesa emitiu instruções para a implantação de jardins botânicos no Brasil. A preocupação estava em fomentar o conhecimento das possibilidades econômicas da vegetação nativa e exótica.

No domínio português, a viagem filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783-1792, empreendida por Alexandre Rodrigues Ferreira, resultaram na remessa de exemplares da flora e fauna americana para Europa, principalmente para os jardins botânicos de Madri, Lisboa, Viena, o Jardim des Plantes de Paris ou o Kew Gardens de Londres (SEGAWA, 1996).

Conforme Segawa (1996), o primeiro jardim botânico foi criado no Pará em cumprimento à Carta Régia de 04 de novembro de 1796, porém, só efetivado em 1798. Datam ainda do Brasil Colônia e do Império, entre os séculos 18 e 19 e, atendendo ao Aviso Régio de 19 de novembro de 1798, a criação dos jardins botânicos de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, além do jardim botânico do Rio de Janeiro, instalado em situação especial. Os primeiros jardins botânicos do Brasil foram: A relação dos primeiros jardins botânicos do Brasil pode ser vista abaixo: *Jardim botânico do Grão Pará*, 1798; *Jardim botânico do Rio de Janeiro*, 1808; *Jardim botânico de Pernambuco* [também denominado de jardim de aclimação das plantas exóticas de Olinda ou Horto D'el Rey e hoje Sítio Manguinhos], 1811; *Jardim botânico de Ouro Preto*, 1825 e o *Jardim botânico de São Paulo* [ou Jardim Botânico Imperial], criado em 1799, sem ter funcionado efetivamente como estabelecimento botânico, sendo inaugurado em 1825, e logo mudado para jardim público de São Paulo em 1838 e hoje jardim da luz.

Na Bahia, em 1815, foi implantado um passeio público com intenções botânicas, assim como ocorreu em Belém em 1806 e em Curitiba em 1886. Mesmo sendo o jardim botânico do Pará o primeiro a ser criado, a história dos jardins botânicos do Brasil, de cunho científico, só teve início com a vinda da família real portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro, quando foi criado o jardim de aclimação, o jardim botânico do Rio de Janeiro (ALMEIDA; SÁ CARNEIRO e ALVES, 1999). O jardim foi destinado ao lazer, amenização e à pesquisa.

Nesse momento seminal do desenvolvimento da botânica no Brasil destacam-se as ações do naturalista Manuel Arruda da Câmara, por influenciar a coroa portuguesa na criação de jardins botânicos nas principais províncias do Brasil (DEAN, 1991). Arruda Câmara ocupava o cargo de naturalista viajante e era encarregado de cumprir as determinações da Coroa para o levantamento de recursos naturais do Brasil, particularmente do Nordeste, bem como tinha o comprometimento com a questão da aclimação de espécies exóticas (RODRIGUES *et al.*, 2005).

De modo a justificar a criação dos jardins botânicos no Brasil, Arruda Câmara enfatizou o potencial da flora brasileira e a grande fertilidade das terras do Brasil, o que consequentemente reverteu o preconceito europeu com a flora neotropical e além do mais, ressaltou a importância da criação de tais jardins, nas principais capitais, como uma forma de promover o desenvolvimento econômico e a independência em relação aos mercantilistas que praticavam altos preços com a venda de plantas exóticas (DEAN, 1991). No entanto, tomando por base as intenções de Arruda Câmara, pode-se dizer que a criação dos jardins botânicos no Brasil girou em torno da economia, da política e da ciência.

Conforme Carlos Terra, o que se observa, nesse período, é o movimento contrário, ou seja, são as espécies das regiões tropicais que vão enriquecer os jardins exóticos dos estados europeus e fomentar o interesse científico. No entanto, só com a constituição das ciências naturais, como disciplina autônoma, se inicia o levantamento mais sistemático da flora brasileira realizado pelos primeiros botânicos europeus. Esse movimento, em paralelo ao discurso higienista nascente, levou à integração dos elementos da flora na própria composição da cidade, como reação e, ao mesmo tempo, solução ao problema do adensamento urbano (TERRA, 2000).

Ínterim, a criação do jardim no Brasil está atrelada a um forte processo de transformação da paisagem, com a substituição da vegetação nativa por exótica em área de terra bastante reduzida ao se comparar àquelas originalmente ocupadas pelas nativas (ARAGÃO, 2008), até mesmo porque, havia um grande desprezo pela vegetação nativa tanto pelos habitantes como pelos governantes.

Nas cidades tidas como coloniais, haviam poucos jardins situados nos quintais das residências e nas grandes propriedades religiosas, compostos por pomares, hortas, flores e ervas e normalmente alocados junto aos conventos (MARX, 1980).

Um dos marcos na arte paisagística de jardim ocorreu no século 18 com a criação do passeio público do Rio de Janeiro por Valentim da Fonseca e Silva [Mestre Valentim] no ano de 1783 (Figuras 3 e 4), idealizado pelo vice-rei D. Luiz de Vasconcelos. Na visão do de Carlos Terra era um jardim traçado nos moldes franceses, “*um jardim de lazer, isto é, um jardim público para servir à população da cidade*” (TERRA, 2000: 42).



Figura 3. Passeio Público do Rio de Janeiro, 1847; Alfredo Martinet. Fonte: Biblioteca Nacional [Brasil]

Apesar da presença de elementos de culturas distintas da brasileira [i.e. cupidos e pirâmides], para os contemporâneos do Mestre Valentim ou para os que conheceram o projeto original, o jardim era uma verdadeira obra de arte (ARAGÃO, 2008). A admiração por uma jardim que unia a vegetação autóctone e a exótica foi descrita por vários naturalistas estrangeiros, principalmente Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius que deixaram bem claro em sua obra ‘*Viagem pelo Brasil: 1817-1820*’:

“À beira-mar está o Passeio Público; é um jardim pequeno,

cercado de muros e de cais de cantaria a prumo sobre o amor. As suas alamedas umbrosas de mangueiras, jaqueiras ou da árvore oriental do pão, do itu e do jamborosa, entre os quais se ostentam os magníficos buês da poinciana são sem dúvida muito convidativas, à tarde, quando sopra a brisa do mar suavizando o calor”. (p.65)

Do projeto de Mestre Valentim, restam descrições e imagens como a litografia aquarelada de Alfredo Martinet ‘*O passeio público*’ de 1847 (Figura 3) e a fotografia de Revert Henrique Klumb de 1862 (Figura 4).

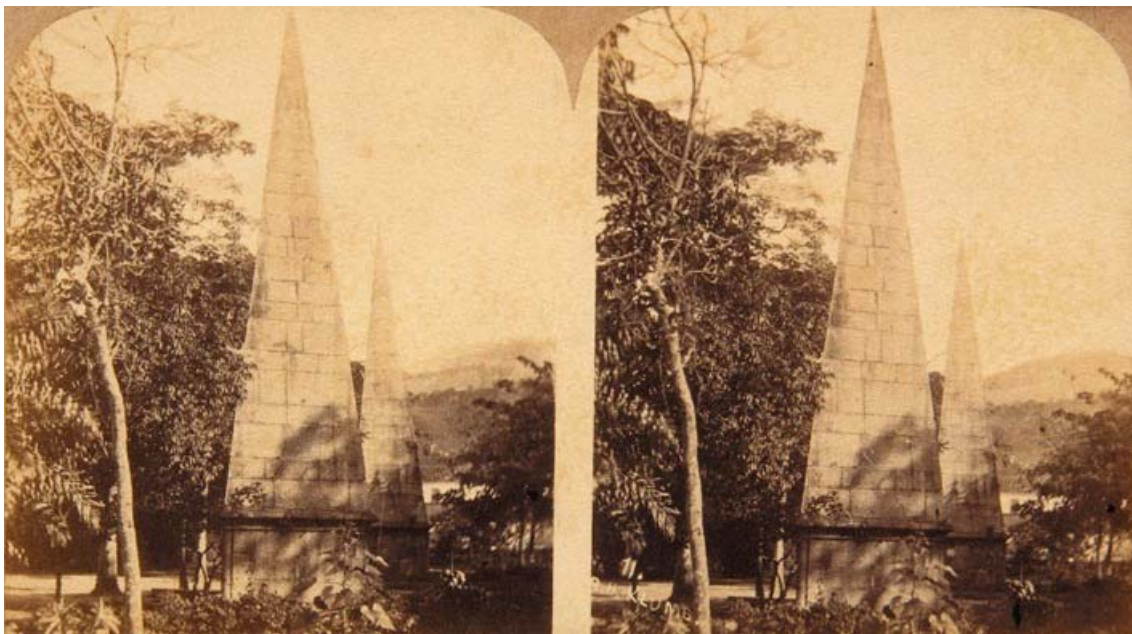


Figura 4. Passeio Público do Rio de Janeiro, 1862; Revert Henrique Klumb. Fonte: Biblioteca Nacional [Brasil]

Entrando no século 19, considerado por Machado de Assis, 1895 (in SEGAWA, 1996, p. 11) como sendo “*o século dos jardins*” e que de acordo com Aragão (2008) se prolongou até as primeiras décadas do século 20, a cidade de São Paulo e a do Rio de Janeiro, em particular, parecem ter competido no quesito ajardinamento nesse período.

Mas, o Rio de Janeiro adiantou-se nesse processo, com a chegada da Corte e dos planos de embelezamento das áreas urbanizadas. Já na cidade de São Paulo, os jardins se espalhariam em fins do século 19 que por sua vez, foi palco das grandes transformações da cidade, iniciando pela revolução industrial e depois com a reação do salubrismo,

correlata a noção de higiene pública (SEGAWA, 1996). Com a noção salubrista derivou o processo de ajardinamento diante do conhecimento dos benefícios das plantas na malha urbana, fato que no século 19 ainda estava obscuro.

Um dos grandes nomes defensores do salubrismo foi o sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito que defendia amplamente o emprego da vegetação no meio urbano, em suas palavras: *“o valor estético das florestas, ou melhor, das árvores, é relativo às situações em que se encontrem ou sejam plantadas para esse feito. O seu valor higiênico depende das circunstâncias em que possam prestar este serviço à sociedade* (BRITO, 1943, p. 1210).

No século 19, um grande nome na arte paisagística no Brasil foi o botânico-paisagista e também engenheiro hidráulico Auguste François Marie Glaziou, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II em 1858 e ocupou o cargo de Diretor Geral de Matas e Jardins. Glaziou projetou e remodelou vários jardins públicos e privados onde adotou, por diversas vezes, a vegetação autóctone na composição do espaço mesmo tendo o jardim o estilo inglês. Dentre vários projetos, os mais significativos são a reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro; a Quinta da Boa Vista e o Campo de Sant'Ana.

Glaziou parece ter compreendido perfeitamente o sentido da síntese entre a presença da forma e o direito da natureza à exuberância. Tendo como mestre Jean-Charles Adolphe Alphand, idealizador de parques e jardins haussmannianos, aos quais deu um caráter como ilustra o Parque dos Buttes-Chaumont, Glaziou traça para os jardins do Rio de Janeiro amplas avenidas que circundam maciços

generosamente recortados (LEENHARDT, 2006, p. 14). Foi pelas mãos desse grande paisagista que o jardim europeu do século 19, denominado paisagístico, chegou ao Brasil.

Além dos grandes feitos no campo do paisagismo, Glaziou muito contribuiu para a botânica. Viajando pelo território brasileiro teve a oportunidade de coletar e identificar espécies vegetais até então desconhecidas para a comunidade científica. Dentre as inúmeras viagens de Glaziou destaca-se a expedição comandada por Luís Cruls, com o objetivo de delimitar a região mais propícia do Planalto Central para a construção da nova capital do País.

Depois da época das vilas e palacetes ecléticos, com jardins ingleses e franceses de caráter romântico, surge o século 20 como o século de vanguardas, cujas propostas eram sempre a favor do novo, do inovador, e contrárias às tradições, às lições do passado.

Recife, o berço da criação dos primeiros jardins modernos do Brasil

Pode-se afirmar que a cidade do Recife passou por vários períodos de produção paisagística, iniciando-se como já foi explicitado, com a construção do Jardim de Friburgo por Maurício de Nassau. Contudo, conforme Silva (2007) foi nos últimos decênios do século 19 até o final da década de 1930 o grande momento da produção paisagística.

O início dessa produção remete-se ao ano de 1872, período posterior à criação do primeiro passeio público do Recife, hoje, Praça da República, com a prática de ajardinamento de antigos campos, pátios, largos e praças coloniais que continham elementos do jardim inglês. Na década de 1920, houve construção de diversos 'parques' na gestão do

Prefeito Antônio de Góes (1922-1925) e do Governador Sérgio Loreto (1922-1926) mesclando influência dos jardins franceses e ingleses. E, finalmente, o mais expressivo refere-se à atuação do paisagista Roberto Burle Marx, entre 1934 e 1937 (SILVA, 2007).

A engenheira florestal Ana Rosa de Oliveira, estudiosa dos jardins de Burle Marx, ao tratar da construção formal do jardim do paisagista relata que: “*o jardim de Roberto Burle Marx é produto de uma experiência acumulativa e não de um total abandono de um período para entrar no outro*” (OLIVEIRA, 2000, p. 1), e conforme a arquiteta Maria Elena Merege Vieira, “*Burle Marx soube extrair a essência dessa tradição e reelaborar um trabalho de cunho pessoal, utilizando-se das formas fantásticas e das cores da vegetação brasileira*” (VIEIRA, 2008, p. 180).

Essa experiência acumulativa e o não abandono de um período para iniciar outro, fica evidente quando comparamos a produção paisagística de Burle Marx com a evolução pela qual passou o jardim. Aspectos como a convivência com a natureza; estudo da flora; cultivo de plantas; relação entre plantas; similaridades e diferenças físicas do vegetal; forma sistemática e exigências de plantios e um discurso higienista, artístico e educativo permearam a história formal da construção e evolução dos jardins, principalmente dos jardins botânicos, como foi mostrado nas páginas anteriores, e que se fazem presentes nos projetos paisagísticos de Burle Marx.

Essas características são evidenciadas quando Burle Marx, ao projetar seus primeiros jardins públicos, fato que ocorreu no Recife, e que são considerados como os primeiros jardins modernos do Brasil, enfatiza que os

mesmos estão estruturados em três aspectos e/ou princípios: i] higiene [representando um pulmão coletivo nas cidades], ii] educação [propiciando meios para que os habitantes possam distinguir sua própria flora da exótica e, desta forma, desenvolver o respeito pela natureza] e iii] arte [obedecendo a uma ideia básica com perspectiva lógica e subordinado a uma determinada forma de conjunto] (MARX, 1935a).

Ao aceitar o convite do então interventor federal de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1935), Roberto Burle Marx assume o cargo de Diretor do Setor de Parques e Jardins da então Diretoria de Arquitetura e Urbanismo em 1935, que tinha por diretor o arquiteto Luiz Nunes, e elabora um plano de aformoseamento para a cidade do Recife onde prestigiou diferentes paisagens confirmando a identidade dos lugares.

Naquele momento, os jardins do Recife estavam em situação de abandono por parte do poder público e, diante de tal situação, reivindicações por melhorias nesses espaços públicos tornaram-se constantes.

Uma das grandes preocupações de Burle Marx ao projetar os jardins no Recife era dar à população um amplo serviço de ajardinamento público, onde, pelo menos houvesse ar puro e relativa liberdade para passeios e repouso nas tardes quentes, uma vez que, o Recife era uma cidade pobre e com a maioria da população morando em casinhas estreitas, sem ar, sem luz e sem conforto (MARX, 1987). Desta forma, o paisagista conferiu aos seus jardins uma função social.

Com o objetivo de tornar o Recife uma cidade apta a figurar como um centro de civilização, mediante um novo aspecto urbanístico, Burle Marx elaborou um

plano de aformoseamento que contemplou treze jardins públicos. A distribuição espacial desses jardins pode ser vista na Figura 5. Posteriormente, Burle Marx, na então gestão do prefeito Pelópidas Silveira (1955-1959), projetou mais dois jardins públicos, um

em 1957, a Praça Ministro Salgado Filho, também chamada de Praça do Aeroporto; e outro em 1958, a Praça Faria Neves, conhecida como Praça de Dois Irmãos por estar próxima ao Horto Zoo-botânico de Dois irmãos totalizando quinze jardins públicos.



Legenda: 1: Praça Pinto Damaso; 2: Praça de Casa Forte; 3: Praça Euclides da Cunha; 4: Praça do Derby; 5: Praça do Entroncamento; 6: Praça do Parque Amorim; 7: Praça Coração de Jesus; 8: Praça Maciel Pinheiro; 9: Praça Dezessete; 10: Praça da República e Jardim do Palácio do Campo das Princesas; 11: Praça Artur Oscar; 12: Largo das Cinco Pontas e 13: Largo da Paz.

Figura 5. Localização dos jardins que fizeram parte do plano de aformoseamento do Recife. Em 'A' mapa de 1932 e em 'B' mapa atual.

Com o projeto de ajardinamento, Burle Marx dá a fisionomia das praças, largo e parques do Recife um caráter autóctone, integrando-os a paisagem local, e nas palavras do paisagista no artigo '*A vida na cidade: a reforma dos jardins públicos do Recife*' publicada em 22 de abril de 1935:

“O nosso paiz possui evidentemente uma flora riquíssima e, desse modo, não nos será difícil encontrarmos em qualquer cidade elementos que solucionem essa necessidade. Até então, não tem sido assim o que, entre nós se tem feito nesse sentido. As ruas arborizadas quasi que exclusivamente com fícus benjamim, além de resolver mal os problemas

de arborização urbana, deixam uma impressão de pobreza de nossa flora, o que não é verdadeiro [...] a variedade imensa de plantas que nos oferecem nossas matas magnificas [...] urge que se comece, desde já, a semear, nos nossos parques e jardins, a alma brasileira”.

No plano de aformoseamento a Praça de Casa Forte, a Praça Euclides da Cunha e a Praça Artur Oscar configuraram-se como projetos completos e foram executados; os demais, com exceção da Praça Pinto Damaso e da Praça do Entroncamento que não tiveram os projetos executados, sofreram pequenas intervenções que, na maioria das vezes restringiu-se a introdução de novas

espécies de plantas e de mobiliário. Ao se referir as ações de Burle Marx, o poeta e engenheiro Joaquim Cardozo em nota ao Diário da Tarde de 14 de junho de 1937 relata:

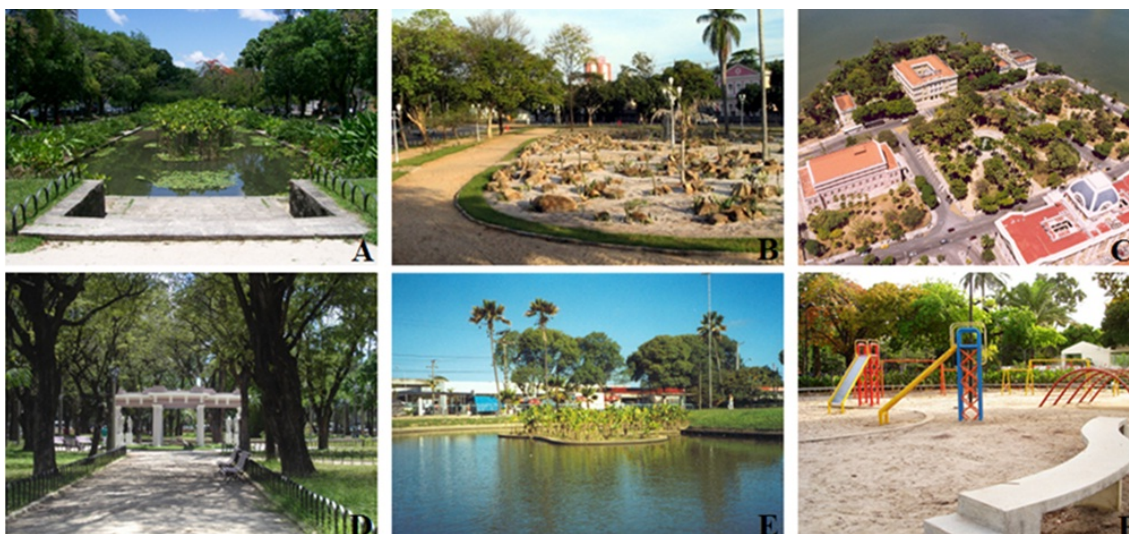
“A paisagem pernambucana tem oferecido a Burle Marx elementos preciosos e que foram, até certo ponto, desprezados por seus antecessores. Agora, felizmente, verificou-se o aproveitamento total desses valores e o artista tem sabido empregá-los com vantagem. Fazer jardins somente com os elementos de que dispomos á mão [...] seria fecharmo-nos num isolamento censurável, porque a beleza, sendo proporção e conhecimento, não deve ficar este ultimo limitado a regiões. O nosso povo, as nossas crenças, principalmente, precisam conhecer as mais bellas plantas da riquíssima flora amazonica, como ainda as de outras terras, as vitórias-regias brasileiras e os lótus do Nilo, os páus mulatos amazonenses [...] o sr. Burle Marx acabará dando aos jardins do Recife um caracter proprio e incomparavel, como certamente nunca tiveram anteriormente”.

A diversidade de espécies vegetais usada por Burle Marx em seus projetos paisagísticos no Recife, é tratada por Odilon Ribeiro Coutinho no momento do Seminário de Tropicologia na Fundação Joaquim Nabuco, em 1985, como sendo “*a forma de devolver o civilizado ao seu meio natural, às*

árvores, aos matos, de restaurar a virgindade primitiva no civilizado” (COUTINHO in MIRANDA, 1985, p. 84). E, nessa perspectiva, a arquiteta Janete Costa, grande amiga de Burle Marx, relata que o paisagista ao projetar seus jardins “*estabelece diálogos com a paisagem, criando um pano de fundo para os jardins como se dissesse: isto, aqui, eu estou fazendo, a natureza está ali. Mas o que ocorre é a ligação do jardim com a paisagem local*” (COSTA in MIRANDA, 1992, p. 73).

Referindo-se ao Recife, Burle Marx relata que a cada passo descobria o encontro de uma cidade ainda com características coloniais, onde a erudição arquitetônica sentia-se em cada esquina. “*Cidade de contrastes, cheia de mocambos, mas com grandes casas que também me impressionavam profundamente, semeadas numa paisagem dominada pelas mangueiras e jaqueiras, entremeadas de coqueiros*” (MARX in MIRANDA, 19892, p. 72).

Do conjunto de quinze jardins públicos, seis estão, desde 2008, em processo de tombamento como Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são eles: a Praça de Casa Forte, a Praça Euclides da Cunha, a Praça do Derby, a Praça da República e o Jardim do Palácio do Campo das Princesas, a Praça Salgado Filho e a Praça Faria Neves (Figura 6).



Legenda: Em (A) Praça de Casa Forte; (B) Praça Euclides da Cunha; (C) Conjunto Jardim do Palácio do Campo das Princesas e Praça da República; (D) Praça do Derby; (E) Praça Salgado Filho e (E) Praça Faria Neves.

Figura 6. Vistas parciais dos seis jardins que estão em processo de tombamento.

O botânico e paisagista francês Arnaud Maurières ao tratar de Burle Marx inserido na história da paisagem moderna afirma: “*o que é verdadeiramente importante na obra de Burle Marx, é que ele foi o único capaz de traduzir o movimento moderno artístico no campo da paisagem. Se devemos atualmente buscar uma referência de jardim moderno, é no Brasil que nos cumpre buscá-la*” (in LEENHARDT, 2006, p. 89 e 90).

Diante do que foi exposto pode-se afirmar que os jardins de Burle Marx se caracterizam como um microcosmo da paisagem natural, onde a originalidade é marcada pelo imenso e intenso amor à natureza. Com um repertório botânico amplo, o paisagista permite, conforme a mudança das estações, que a vegetação ao se transformar transmita sua própria mensagem.

Referências

- ALMEIDA, E. A.; Sá Carneiro, A. R. e Alves, M. V. Aspectos da história dos jardins botânicos no mundo e no Brasil: uma abordagem sobre o jardim botânico do Recife. **Revista Paisagem e Ambiente**, v. [s/v], n.12, p. 9-28, 1999.
- ARAGÃO, S. M. L. **Ensaio sobre jardim**. São Paulo: Global, 2008.
- BERTRUY, R. I. P. Preâmbulo. In: SÁ CARNEIRO, A. R. e BERTRUY, R. I. P. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 323-339.
- BRITO, F. S. R. **Saneamento de Recife: descrição e relatórios**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional. 1943.
- BYE, R. **Historia de los jardines botanicos: evolución de estilos, ideas y funciones**. Chapingo (Serie Horticultura) 2:43-53. 1994.
- CARDOZO, J. Jardins bonitos que o Recife possui. *Diario da Tarde*, Recife, 14 junho 1937.
- CUNNINGHAM, A. The culture of gardens. JARDINE, N.; SECORD, A.; SPARY, E. **Cultures of natural history**. Cambridge University Press, 1996, p. 38-56.
- DEAN, W. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Estudos históricos**, v.4, n. 8, p. 216-228, 1991.

_____. **A vida na cidade:** a reforma dos jardins públicos do Recife. Recife, 22 abril 1935b.

DUARTE, F. D. D. Roberto Burle Marx e sua conversão alemã à estética paisagista tropical. **Revista Seropédica**. v. 31, n. 1, p. 00-00, 2009.

GARCÍA-CORZO, R. V. Jardines botánicos de Guadalajara durante el siglo XIX: un aspecto olvidado de la ciudad. In: SÁ CARNEIRO, A. R.; BERTRUY, R. I. P. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 463-503.

GESTEIRA, H. M. O Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 6-21, 2004.

HAMERMAN, C. Burle Marx vive. **The Journal of Decorative And Propaganda Arts**, USA, n. 21, p.156-179, 01 mar. 1995.

LEENHARDT, J. O jardim: jogos de artifícios. In: LEENHARDT, J. **Nos jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva S.A., 2006. p. 7-46.

LUMMEN, A. van M. La memoria de la historia. **Revista ICOMOS/UNESCO**, v. [s/v], n. [s/n], p. 1-7, 2001.

MARX, M. **Cidades brasileiras**. São Paulo: EDUSP: Melhoramentos, 1980.

MESQUITA, L. Nassau nas origens do paisagismo brasileiro. In: BANCO REAL. **O Brasil e os holandeses**. Recife: [s/Ed.], 2000. p.39-41 (Catálogo).

_____. Memórias dos verdes urbanos do Recife. **Cadernos do meio ambiente do Recife**, v.1, n.1, p. 11-58, 1998.

MIRANDA, M. C. T. **Seminário de tropicologia:** Homem, terra e trópico. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1992.

OLIVEIRA, A. R. A construção formal do jardim de Roberto Burle Marx. *Arquitextos*, São Paulo, n. 1, p.17-23, 07 jul. 2000.

OLIVEIRA, F. O lugar do jardim: debates sobre a criação de uma paisagem moderna e brasileira. In: SÁ CARNEIRO, A. R. e BERTRUY, R. I. P. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 175-210.

PREST, J. **The garden of Eden:** the botanic garden and the re-creation of paradise. New Haven: Yale University Press, 1981.

ROCHA, Y. T. **Dos antigos ao atual Jardim Botânico de São Paulo**. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

RODRIGUES, J.; DUTRA, M.; ALBUQUERQUE, P.; DIAS, S. e ALMEIDA, A. V. Aspectos histórico-ecológicos do Horto d'El Rey de Olinda, Pernambuco. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 7. n. 19, p. 388-413 dez. 2005/jan. 2005.

SÁ CARNEIRO, A. R. A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx. In: PONTUAL, V.; SÁ CARNEIRO, A. R.. **História e paisagem:** ensaios urbanísticos do Recife e São Luiz. Recife: Bagaço, 2005.

SÁ CARNEIRO, A. R.. Restauração dos jardins das Cactáceas de Burle Marx. In: SÁ CARNEIRO, A. R. e BERTRUY, R. I. P. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 211-240.

SANDAJ, N. R. **Nos jardins de São José:** uma história do jardim botânico do Grão Pará, 1796-1873. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SEGAWA, H. **Ao amor do público:** jardins no Brasil. Studio Nobel/FAPESP, São Paulo. 1996.

SILVA, A. F. **O Projeto paisagístico dos Jardins Públicos do Recife de 1872 a 1937**. 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, M. A. Acolhendo a diversidade: O jardim seiscentista de Maurício de Nassau e a Paisagem americana. In: SÁ CARNEIRO, A. R.; BERTRUY, R. I. P. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 211-240.

SOUSA, H.M. Os jardins botânicos. **Suplemento Agrícola**, 1084:7. 1976.

TERRA, C. G. **O jardim no Brasil no século XIX:** Glaziou revisado. Rio de Janeiro: EBA/UF RJ, 2000.

VIEIRA, M. E. M. **O jardim e a paisagem**. São Paulo: ANNABLUME, 2008.

Recebido em 2013-12-26
Publicado em 2014-05-11